



Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)

“Eles eram perseverantes no ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações”. (Atos 2,42)

Capítulo 4 - A Igreja em missão

4.2. Os pilares da comunidade

144. A comunidade eclesial missionária, como ambiente de vivência da fé e forma da presença da Igreja na sociedade, é sustentada por quatro pilares fundamentais: Palavra, Pão, Caridade e Ação Missionária.

4.2.1. Pilar da Palavra: iniciação à vida cristã e animação bíblica da vida e da pastoral

145. A iniciação à vida cristã se refere, principalmente, à adesão a Jesus Cristo, não se esgotando na preparação aos sacramentos do Batismo, Confirmação e Eucaristia. Fundamenta-se na centralidade do querigma, o primeiro anúncio. “Primeiro” significa que “é o principal”, que sempre se tem de voltar a anunciar e a ouvir de diversas maneiras (EG, n. 164). Este primeiro anúncio desencadeia “um caminho de formação e de amadurecimento” (EG, n. 160) que é o catecumenato, propriamente dito. Este é um tempo de acompanhamento em vista da iluminação da vida a partir da fé cristã. “Para se chegar a um estado de maturidade” (EG, n. 171). Nossas comunidades precisam ser mistagógicas, lugar por excelência da iniciação à vida cristã, preparadas para favorecer que o encontro com Jesus Cristo (DAp, n. 246-257, 278) se faça e se refaça permanentemente.

146. “A Igreja funda-se sobre a Palavra de Deus, nasce e vive dela. [...] O Povo de Deus encontrou sempre nela sua força e, também hoje, a comunidade eclesial cresce na escuta, na celebração e no estudo da Palavra de Deus” (VD, n. 3). Essa centralidade da Palavra na vida das comunidades cristãs é fundamental para a identificação e configuração com o “Verbo que se fez carne” (Jo 1,14). Por isso, a Sagrada Escritura precisa estar sempre presente nos encontros, celebrações e nas mais variadas reuniões.

147. Em consequência, a Igreja particular deve se esforçar para introduzir os discípulos em um percurso de iniciação à vida cristã que se configure como um itinerário de formação, com inspiração catecumenal, centrado na leitura orante da Palavra de Deus. Esse itinerário é decisivo para dar respostas adequadas aos desafios da catequese em nosso tempo. A capacidade de diálogo, de leitura das “sementes do Verbo”, de posicionamento nos areópagos modernos (RM, n. 37c; 38) é resultado de uma fé madura, que não desiste de buscar águas mais profundas (Lc 5,1-11). Suscitar esta sede de caminhar, deve ser missão das comunidades e lideranças.

148. A *lectio divina* ou leitura orante da Sagrada Escritura é um meio privilegiado de contato com a Palavra, que não é letra morta, mensagem formal ou instrumento de estudo, simplesmente. Sem aceitar o subjetivismo na interpretação da Bíblia, é necessário abrir o coração para fazer dela alimento que, entrando pela mente, toque o coração, nutra o espírito, transforme a vida e seja o critério da experiência comunitária e da ação missionária.

149. A Sagrada Escritura é patrimônio comum de todas as Igrejas cristãs. É importante que ela se torne sempre fonte inspiradora de oração comum, de fraternidade e de conversão. Por meio dela, os cristãos, em suas variadas denominações, são convocados a se unirem, buscando, na prática ecumênica, seu único Senhor e caminhando para a superação do escândalo da divisão.

Encaminhamentos práticos

150. Assumir o caminho de iniciação à vida cristã, de inspiração catecumenal, com a necessária reformulação da estrutura paroquial, catequética e litúrgica, com especial atenção à catequese para a recepção e vivência dos sacramentos com crianças, jovens e adultos (sacramentos da iniciação cristã e demais).

151. Revisar, a partir dos desafios do mundo urbano, o dinamismo das comunidades eclesiais missionárias, possibilitando que o anúncio de Jesus Cristo transforme pessoas, famílias, ambientes, instituições e estruturas sociais.

152. A apresentação de Jesus Cristo necessita ser cada vez mais explicitada, não podendo mais ser considerada como tranquila e vinculada aos mecanismos de iniciação sociocultural. Daí a importância da iniciação à vida cristã, a ser disponibilizada pela Igreja, tantas vezes quantas forem necessárias, inclusive para quem já tenha recebido os três sacramentos da iniciação cristã.

153. A comunicação e o anúncio da pessoa de Jesus Cristo não podem ser apenas teóricos. É indispensável possibilitar experiências concretas da vida eclesial a partir da dimensão de relacionamento fraterno (At 2,4-5), diante de um contexto de forte individualização e consumo, inclusive do religioso.

154. Incentivar iniciativas ecumênicas de encontros fraternos e de formação bíblica em nossas comunidades.

155. Universalizar o acesso à Sagrada Escritura, assumindo-a como alma da missão (DV, n. 21). Cada pessoa não só deve ter uma Bíblia, como deve ser ajudada pela comunidade a fazer dela fonte de estudo, oração, celebração e ação.

156. Priorizar pequenas comunidades eclesiais, ao redor da Bíblia, como fruto imediato da visita missionária. Para tanto, é fundamental a formação de lideranças leigas que possam coordenar, com espírito de mobilização e de oração, essas comunidades.

157. Assumir a leitura orante da Palavra como o método por excelência para o contato, pessoal e comunitário, com a Sagrada Escritura.

158. Implantar centros de estudo sobre a Palavra de Deus em todas as realidades da vida eclesial, contando com o suporte dos cursos de teologia, dos seminários, das faculdades e universidades católicas.

159. Utilizar o potencial das redes sociais, desenvolver e difundir aplicativos, para que a Palavra alcance todas as pessoas em todas as situações.

4.2.2. Pilar do Pão: liturgia e espiritualidade

160. A eucaristia e a Palavra são elementos essenciais e insubstituíveis para a vida cristã. Para que a comunidade de fé seja casa aberta para todos, exercendo o acolhimento ativo, a dinâmica da saída como conatural à sua existência, ela precisa se nutrir do essencial, daquele “Pão da vida” (Jo 6,35) que revigora para a caminhada rumo ao Reino definitivo. A liturgia é o coração da comunidade. Ela remete ao Mistério e, a partir deste, ao compromisso fraterno e missionário.

161. Em consequência, “as comunidades eclesiais que se reúnem em torno da Palavra precisam valorizar o domingo, o Dia do Senhor, como o dia em que a família cristã se encontra com o Cristo. O domingo, para o cristão, é o dia da alegria, do repouso e da solidariedade” (CNBB, Doc. 100, n. 276-277). Essa valorização do dia do Senhor exige ações concretas como: manter as Igrejas abertas; cuidar que haja clima efetivo de acolhida àqueles que chegam; flexibilizar horários para atender as necessidades dos fiéis; oferecer oportunidade de participar da celebração da Palavra onde efetivamente não for possível a celebração eucarística; incentivar a criação da pastoral litúrgica; valorizar o ministério da celebração da Palavra de Deus; cuidar da qualidade da música litúrgica.

162. É necessário promover uma liturgia essencial, que não sucumba aos extremos do subjetivismo emotivo nem tampouco da frieza e da rigidez rubricista e ritualística, mas que conduza os fiéis a mergulhar no mistério de Deus, sem deixar o chão concreto da história de fora da oração comunitária. “A verdadeira celebração e oração exigem conversão e não criam fugas intimistas da realidade, ao contrário, remetem à solidariedade e à alteridade” (CNBB, Doc. 100, n. 279). A comunidade deve beber da riqueza da Reforma Litúrgica, a fim

de evitar retrocessos que afetam a vida das comunidades cristãs que assimilaram as determinações do Concílio Vaticano II.

163. Em um tempo de individualismo extremo, onde o eu parece ser o centro de tudo, é preciso dar o salto para uma espiritualidade comunitária, no qual a oração pessoal e comunitária sejam abertas ao coletivo, especialmente aos que estão nas periferias sociais, existenciais, geográficas e eclesiais. “É necessário evitar a separação entre culto e misericórdia, liturgia e ética, celebração e serviço aos irmãos” (CNBB, Doc. 100, n. 275).

Encaminhamentos práticos

164. Resgatar a centralidade do domingo como Dia do Senhor por meio da participação na Missa Dominical ou, faltando essa, na Celebração da Palavra. Somente situações excepcionais podem justificar a ausência nesse momento central da vivência da fé cristã. A assembleia eucarística é considerada “alma do domingo” (DD, n. 34 e cap. 3) e, não sem razão, entre os mandamentos da lei de Deus, está a guarda do Domingo e dos dias Santos e, razão pela qual, entre os mandamentos da Igreja, encontra-se o dever da participação na celebração eucarística nesse dia (CIgC, n.202; CIC, cân. 1246-1248).

165. Onde efetivamente não for possível celebrar a Eucaristia, realizam-se celebrações da Palavra de Deus, com os diáconos permanentes ou com ministros leigos devidamente formados e instituídos. Importa que a comunidade não deixe de se reunir para celebrar o Dia do Senhor e os momentos importantes, tanto de alegria, quanto de dor e de esperança. Para tal, seja conhecido e valorizado o recente documento 108 da CNBB: *Ministério e celebração da Palavra*.

166. Incentivar a piedade popular, historicamente construída e enraizada, como caminho de aprofundamento da fé e não apenas realidade meramente, cultural ou folclórica. A fé simples e encarnada deve ser acolhida e iluminada pela Palavra de Deus e orientações da Igreja. Assim, garante-se não apenas a identidade católica, como também se evita sucumbir diante das pressões mercadológicas, com a criação artificial de devoções.

167. Valorizar o canto litúrgico, o espaço sagrado e tudo que diz respeito ao belo como serviço à vida espiritual. Nesse sentido, incentive-se a comunhão entre as pastorais da Liturgia, da Catequese, da Cultura e da Arte Sacra.

168. Respeitar o ano litúrgico nas suas especificidades, tanto no conteúdo quanto na forma. Deve-se tomar grande cuidado com celebrações peculiares realizadas para atender necessidades e interesses individuais, sem relação alguma com o tempo litúrgico em que ocorrem e que, por vezes, desfocam a importância da centralidade do Domingo e da participação na comunidade paroquial.

169. Zelar pela qualidade da homilia, cuidando para que a vida litúrgica lance raízes profundas na existência e na vida comunitária e social. “A homilia é o ponto de comparação para avaliar a proximidade e a capacidade de encontro de um Pastor com o seu povo. De fato, sabemos que os fiéis lhe dão muita importância; e, muitas vezes, tanto eles como os próprios ministros ordenados sofrem: uns a ouvir e os outros a pregar. É triste que assim seja” (EG, n. 35).

170. Reconhecer que o trabalho dos meios de comunicação social de inspiração católica é um dom de Deus para a Igreja no Brasil. Suas transmissões, sobretudo das missas, atingem um enorme contingente de fiéis que não podem ir às igrejas. Pela influência que exercem nas comunidades locais e por sua importância para a catequese e evangelização, que as missas televisionadas e transmitidas pelo rádio e pela internet, estejam em conformidade com as normas litúrgicas e as orientações aprovadas e já divulgadas pela CNBB. A revisão das práticas litúrgicas, considerando a teologia e a eclesiologia do Concílio Vaticano II, poderá favorecer um grande passo para a evangelização no Brasil. Que os responsáveis acolham o acompanhamento e a assessoria das Comissões Episcopais para a Liturgia e para a Comunicação, em vista da construção conjunta de uma linguagem litúrgica que garanta a unidade na diversidade.

4.2.3. Pilar da caridade: a serviço da vida

171. Em atenção à Palavra de Jesus e ao ensinamento da Igreja, especialmente sua doutrina social, que iluminam os critérios éticos e morais, nossas comunidades devem ser defensoras da vida desde a fecundação até o seu fim natural. A vida humana e tudo que dela decorre e com ela colabora, precisa ser objeto da nossa

atenção e do nosso cuidado: do nascituro ao idoso, da casa comum ao emprego, saúde e educação. O cuidado para com os direitos humanos, as políticas públicas que sustentam a sua aplicação, hão de estar no horizonte da ação dos discípulos de Jesus, chamados a realizar as obras de misericórdia, tanto em âmbito pessoal, quanto comunitário e social.

172. “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração”. (GS, proêmio, n. 1). Estas palavras do Concílio Vaticano II na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* continuam atuais e necessitam ressoar em nossas comunidades como um alerta para com esta solidariedade universal constitutiva da vida cristã. Todas as pessoas, especialmente, quando feridas pelas marcas da cultura de morte que insiste em existir devido ao pecado, estejam no âmbito do nosso olhar pastoral.

173. É cada vez mais comum em muitas famílias haver membros de várias igrejas e até de diferentes religiões. A mobilidade humana e as migrações favorecem a diversidade religiosa. A solidariedade pode ser vivenciada por todos, favorecendo o mútuo conhecimento e a valorização de tudo que nos une. Por isso, maior testemunho haverá se, na defesa da vida e no cuidado para que ela seja vivida com dignidade, os cristãos trabalharem juntos em projetos comuns.

Encaminhamentos práticos

174. Promover a solidariedade com os sofredores nas grandes cidades como sinal privilegiado a interpelar e a permitir o diálogo com a mentalidade urbana. Enquanto a cidade tende ao individualismo que acaba por excluir, a vivência do Evangelho necessita explicitamente gerar experiências de solidariedade e inclusão. Junto aos que sofrem, especialmente os que sequer têm direito à sobrevivência, a Igreja é chamada a reproduzir a imagem do Bom Samaritano (Lc 10,25-37).

175. Priorizar as ações com as famílias e com os jovens, como resposta concreta aos sínodos da família (2014 e 2015) e da juventude (2018), para que, sustentados e animados pela comunidade de fé, possam ser sal e luz, mantendo viva a esperança do Reino. A ação pastoral junto às famílias e aos jovens deve estar presente em todas as comunidades, abrindo-se espaços para diferentes formas de vivência da mesma fé.

176. Aguçar a atenção às inúmeras (DAP, n. 65 e 402) e novas formas de sofrimento e exclusão, nem sempre acolhidas pela ação caritativa e sociotransformadora até então desenvolvida. É preciso ousar ainda mais e transformar o acolhimento e a fraternidade da vida de comunidade em apoio para a resiliência e o encontro de novos rumos para a vida.

177. Integrar o contato com a Palavra de Deus, lida pessoalmente e em comunidade, com os desafios que brotam do sofrimento humano, partilhando as experiências vividas. A partir da Palavra de Deus, os discípulos missionários são estimulados a compreender e enfrentar esta realidade como um desafio à vivência da fé, pois, em cada irmão que sofre, é o Senhor sofrendo nele.

178. Desenvolver grupos de apoio às vítimas da violência, nas suas mais variadas formas, de modo especial as agredidas pela dependência química, as que perderam entes queridos em razão da violência ostensiva e as que se veem tentadas a retirar a própria vida e a de inocentes que estão por nascer, bem como todos os atentados contra a vida.

179. Encorajar o laicato a continuar o empenho apostólico, inspirado na Doutrina Social da Igreja, pela transformação da realidade a partir do engajamento consciente em todas as realidades temporais: política partidária, pastorais sociais, mundo da educação, conselhos de direitos, elaboração e acompanhamento de políticas públicas (CNBB, Doc. 107), o cuidado da natureza e todo o planeta, nossa Casa Comum. Continuar apoiando a organização do conselho do laicato nos níveis nacional, regional e local.

180. Contribuir para o resgate do espaço público da cidade como agora e foro, lugar de encontro, convivência, deliberação e inclusão dos “não cidadãos”, “meios cidadãos” ou “resíduos urbanos”, de modo que se garanta para todos o direito de ser cidade (EG, n. 74-75).

181. Inserir na lista de prioridades das comunidades de fé o cuidado para com a Casa Comum, em sintonia com o magistério social do Papa Francisco. Na medida da necessidade, implantar a Pastoral da Ecologia, sob a égide da Ecologia Integral, que comporte um novo modo de estar e viver no mundo.

182. Apoiar e incentivar as pastorais da mobilidade humana em todas as esferas da Igreja, com presença junto a migrantes, refugiados, grupos nômades (ciganos, povo do mar, circenses e rodoviários) e turistas entre outros. Em um mundo que está todo em movimento, a questão migratória deve ser encarada com ânimo renovado.

183. Assumir como prioridade a promoção da paz com a superação da violência em todas as suas formas. É fundamental reconhecer que os conflitos não se resolvem simplesmente com o acesso e o uso das armas. É preciso promover a justiça restaurativa como via para a prevenção e a diminuição do agravamento de conflitos.

184. Ser a voz dos que clamam por vida digna. A comunidade, Casa da Caridade a serviço da vida, não pode abdicar desta preocupação e desta responsabilidade. Terra, trabalho e teto são as três palavras chave, expressão das preocupações centrais do Papa Francisco com a situação dos excluídos do mundo contemporâneo.

185. Firmar e fortalecer, a partir da identidade cristã, as iniciativas de diálogo ecumênico e inter-religioso, empenhados na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma cultura de paz e “caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho” (EG, n. 246).

4.2.4. Pilar da Ação Missionária: estado permanente de missão

186. “Onde Jesus nos envia? Não há fronteiras, não há limites: envia a todos (ChV, n. 177). Deve ser meta das comunidades cristãs consolidar a mentalidade missionária. A missão é o paradigma de toda a ação eclesial. Ela, então, precisa ser assumida dessa forma (EG, n. 15). Por isso, o Papa Francisco apresenta um modelo missionário para os nossos tempos: a *iniciativa* de procurar as pessoas necessitadas da alegria da fé; o *envolvimento* com sua vida diária e seus desafios tocando nelas a carne sofredora de Cristo; o *acompanhamento* paciente em seu caminho de crescimento na fé; o reconhecimento dos *frutos*, mesmo que imperfeitos; a alegria e a festa em cada pequena vitória (EG, n. 24).

187. O cristão é convidado a comprometer-se missionariamente, “como tarefa diária”, em “levar o Evangelho às pessoas com quem se encontra, tanto aos mais íntimos como aos desconhecidos”, de modo informal, “durante uma conversa”, “espontaneamente, em qualquer lugar”, “de modo respeitoso e amável”. O primeiro momento é o *diálogo*, que estimula a partilhar alegrias, esperanças e preocupações; o segundo é a *apresentação da Palavra*, “sempre recordando o anúncio fundamental: o amor de Deus que se fez homem, entregou-se por nós e, vivo, oferece sua salvação e sua amizade”; por fim, “se parecer prudente e houver condições, é bom que esse encontro fraterno e missionário se conclua com uma breve *oração* que se relacione com as preocupações que a pessoa manifestou” (EG, n. 127-128).

188. Só podemos nos imaginar comunidade de fé, que segue os passos de Cristo Jesus e busca nele o seu modelo de vida, se vamos ao encontro do outro, no seu lugar concreto, anunciando o próprio Senhor com sua presença amorosa. Uma palavra que seja vida é a mais eloquente ação missionária. É esta presença e este testemunho que o mundo espera das comunidades cristãs. Um desejo de “cheiro de ovelha” deve permear toda missão e preparar o caminho para o anúncio explícito de Jesus Cristo.

Encaminhamentos práticos

189. Investir em comunidades que se auto compreendam como missionárias, em estado permanente de missão, indo além de uma pastoral de manutenção e se abrindo a uma autêntica conversão pastoral (DAp, n. 366 e 370). Novos lugares, novos horários, linguagem renovada e pastoral adequada às novas demandas da população são algumas características das respostas esperadas.

190. Acompanhar de perto a realidade urbana com a criação de observatórios ou organismos semelhantes que percebam os ritmos de vida das cidades, suas tendências e alterações.

191. Desenvolver os projetos de visitas missionárias a áreas e ambientes mais distanciados da vida da Igreja. Estabelecer um cronograma de visitas, de modo que se possa acompanhar o amadurecimento das pessoas e estimular a formação de novas comunidades, sempre alicerçadas na Palavra, no Pão e na Caridade. Evitar realizar visitas únicas ou pontuais, destinadas apenas a apresentar a realidade eclesial já existente.

192. Favorecer a missão e a comunhão pastoral entre as Igrejas que atuam nas grandes metrópoles brasileiras. Estabelecer caminhos para a troca de experiência, reunindo bispos, mas também agentes de pastoral que lidam especialmente com os aspectos mais desafiadores.

193. Dinamizar ainda mais as ações *ad gentes* com o intercâmbio além-fronteiras de discípulos e o revigoramento da experiência das Igrejas-Irmãs. Precisamos fortalecer a consciência missionária de tal modo que a missão *ad gentes* seja aprofundada, assumida e fortalecida nas Igrejas particulares e também em nível regional e nacional por meio de gestos concretos como oração, ajuda financeira, envio de missionários e atenção especial aos que retornam.

194. Considerar uma prioridade pastoral histórica o investimento de tempo energia e recursos com os jovens. Formar acompanhadores de jovens, promover missões juvenis em vista da renovação de experiências de fé e de projetos vocacionais e abrir espaços para que os jovens criem novas formas de missão, por exemplo, nas redes sociais (ChV, n. 240, 241 e 246).

195. Investir na presença nos Meios de Comunicação Social, especialmente nas redes sociais, deve ser um constante desafio aceito pelas comunidades e vivenciado de modo testemunhal e missionário. As redes sociais “constituem uma extraordinária oportunidade de diálogo, encontro e intercâmbio entre as pessoas. A *web* e as redes sociais criaram uma nova maneira de comunicar-se”. Como ponto de partida para falar sobre Jesus Cristo, elas devem apresentar a vida e o sentimento de pessoas e comunidades cristãs que, diante das intolerâncias e da ausência de fraternidade, sejam uma luz para todos que as acessem.

196. Valorizar, urgentemente, como espaços missionários os hospitais, as escolas e as universidades, o mundo da cultura e das ciências, os presídios e outros lugares de detenção. Em espaços assim, a presença fraterna e orante é o ponto de partida para o anúncio e a formação de comunidades.

197. Priorizar a pessoa como objetivo da ação missionária. A Cultura do Encontro deve ser o pano de fundo para a missão permanente. Percursos de acompanhamento espiritual, que contemplem cada pessoa na sua individualidade, buscando sair da lógica das massas para entrar na dinâmica do Mestre, que se põe a caminho para estar com os desanimados discípulos que voltavam para Emaús (Lc 24, 13-35), escutando suas angústias e oferecendo-lhes a luz da Palavra e da Eucaristia, são também caminhos de uma autêntica missão.

198. Implantar e aperfeiçoar os Conselhos Missionários em todos os níveis (paróquia, diocese e regional) deve ser uma meta perseguida por toda a Igreja no Brasil. Esses Conselhos sejam animadores e articuladores da acolhida e presença do espírito missionário em nossas comunidades por meio da programação, execução e revisão das ações missionárias (RM, n. 84).

199. “Promover as Pontifícias Obras Missionárias, organismo oficial da Igreja Católica, que trabalha para intensificar a animação, formação e cooperação missionária e tem como objetivo ‘promover o espírito missionário universal do Povo de Deus’”.

200. Acolher e concretizar as prioridades e projetos do Programa Missionário Nacional: formação, animação missionária, missão *ad gentes* e compromisso social e profético.

201. Olhar a Amazônia como um dom de Deus e, por isso mesmo, como uma responsabilidade para todos os brasileiros, mais imediata para os que lá se encontram, na certeza, porém, de que somos todos corresponsáveis.

202. Valorizar a dimensão mariana e outras formas de piedade popular na evangelização e missionariedade da Igreja, considerando que Maria foi a primeira missionária, que animou os discípulos na comunidade primitiva, com sua presença, fé e esperança.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023. Brasília/DF: Edições CNBB, 2019. (Documento 109)